

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE SINTRA**

Entrada nº: 59

Data: 15 MAR 2017



Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra,

Dr. Domingos Quintas

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

SORM

2017.03.14

ASSUNTO: Proposta n.º 195-P/2017

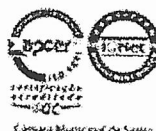
«Indeferir o reconhecimento do Interesse Público Municipal na Regularização das instalações de Adélio Filipe Penedo Biscaia».

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, solicito a V. Ex.ª que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião da Câmara realizada em 14 de março de 2017.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Basílio Horta °



PATRIMÓNIO MUNDIAL WORLD HERITAGE

Câmara Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra / Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gaom@cm-sintra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

16

Nos termos do Art. 57º, nº.3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei nº.75/2013 de 12 de setembro; artigo 34º, nºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015 de 7 de janeiro; e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária de 25 de outubro de 2013 que aprovou por unanimidade a Proposta nº 3-P/2013, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião ordinária de 14-03-2017**.

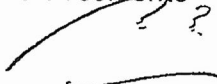
Proposta nº 195-P/2017, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

VOTAÇÃO:

Aprovada por unanimidade.

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 14 de março de 2017.

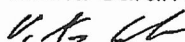
O Presidente



Basílio Horta °

Helena Saraiva
A Coordenadora

Helena Saraiva



Património Mundial do UNESCO

Comissão Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gaom@cm-sintra.pt



PROPOSTA N.º 95-P / 2017

Considerando que o Decreto- Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, estabeleceu com carácter extraordinário, o Regime de Regularização e de Alteração e ou Ampliação de Estabelecimentos e Explorações de Atividades Industriais, Pecuárias, de Operações de Gestão de Resíduos e de Explorações de Pedreiras, existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo;

Considerando que a impossibilidade de regularização ou o licenciamento das alterações pretendidas pode inviabilizar a concretização de projetos de investimento e de criação/manutenção de emprego no concelho;

Considerando ainda que os pedidos de regularização das atividades económicas são apresentados às entidades coordenadoras ou licenciadoras e que quando esteja em causa desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, devem ser instruídos com deliberação fundamentada de Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização do estabelecimento ou instalação emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara;

Considerando que o requerente Adélio Filipe Penedo Biscaia solicitou a esta Câmara o pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização de um pavilhão destinado “à produção e armazenamento de produtos agrícolas”, sito na Rua

Reunião de

14 MAR, 2017

Docº Agendado com o
Nº 16



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



Catarina Eufémia, n.º 8, em Cabriz, S. Martinho, União das Freguesias de Sintra, não tendo instruindo o respetivo processo de acordo com o quadro normativo acima referido;

Considerando que, na sequência da notificação para proceder ao aperfeiçoamento do pedido, veio o requerente solicitar a prorrogação do prazo, por 60 (sessenta) dias, para efetuar a junção dos documentos, em falta, de acordo com o preceituado no artigo 5.º do Decreto-Lei nº 165/2014, lhe foram concedidos mais trinta dias para proceder à referida junção;

Considerando que, expirado o prazo, sem que o requerente tenha dado cumprimento ao solicitado, foi elaborada pretensão desfavorável, notificada ao particular, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo decreto-Lei n.º 4/2012/2015, de 7 de janeiro, através do ofício n.º 006358, expedido em 31.10.2016, sem que o particular se tenha pronunciado e sem que a situação se tenha alterado.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

Submeter à apreciação da Assembleia Municipal o indeferimento do reconhecimento do Interesse Público Municipal na Regularização das instalações do requerente Adélio Filipe Penedo Biscaia., nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, com fundamento nas razões de facto e de direito constantes da IP/SM/9432/2017, de 02 de março.

Paços do Concelho de Sintra, 7 de 03 de 2017

O Presidente da Câmara Municipal de Sintra



Basílio Horta

Reunião de

14 MAR 2017

Docº Agendado com nº 16



Assunto: CT/1159/2015/IM - Reconhecimento de Interesse Público Municipal na Regularização de Estabelecimento ou Indústria, no âmbito da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro - Adélio Filipe Penedo Biscaia.

Parecer: <i>enviando a consideração superior</i> <i>[Signature]</i> 2017.03.03	Despacho: <i>[Signature]</i> 213115 Reunião de 14 MAR. 2017 Docº Agendado com o nº 16
--	---

De: Helga Boal Ventura - DGT

Para: Exma. Senhora Diretora do Departamento de Gestão do Território, Arqta. Lina Catarino.

Em 28.08.2015, veio Adélio Filipe Penedo Biscaia instruir, junto dos serviços municipais, um pedido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização das instalações afetas à atividade de produção e armazenagem de produtos agrícolas, autuado sob o processo CT/1159/2015, sitas na Rua Catarina Eufémia, n.º 8, em Cabriz, S. Martinho, no prédio rústico inscrito na matriz cadastral sob o artigo 85 da Secção C, da União das Freguesias de Sintra.

Do Enquadramento Legal da Pretensão

O Decreto - Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, atenta a impossibilidade de regularização ou licenciamento das alterações pretendidas e a consequente impossibilidade de melhoria do seu desempenho ambiental, bem como da limitação de projetos de investimento e criação de emprego, aprovou o **Regime de Regularização e de Alteração e ou Ampliação de Estabelecimentos** e Explorações de Atividades Industriais, Pecuárias, de Operações de Gestão de Resíduos e de Explorações de Pedreiras, incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo.

Regime Jurídico que visa criar um mecanismo que permita avaliar a regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que não dispõem de título de exploração ou de

- x. Todos os elementos devem vir em formato papel e em formato digital (CD ou PEN).

Em sede de audiência veio o requerente, em 04.01.2016, requerer a prorrogação do prazo para dar cumprimento ao teor da notificação, por 60 (sessenta) dias, tendo o pedido sido indeferido, por despacho de 29.08.2016, com fundamento no facto do prazo solicitado ser excessivo, tendo-lhe, contudo, sido concedido um prazo de mais trinta dias para dar cumprimento ao solicitado.

Decorrido o prazo fixado sem que o requerente se tenha pronunciado e sem que a situação se haja alterado, foi proposto o indeferimento da pretensão referente à certidão de declaração de interesse municipal, disso se tendo notificado o particular, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 121.º e 122.º do CPA, para se pronunciar, querendo, sobre o teor da proposta desfavorável, no prazo de 10 dias. Expirado o prazo, o requerente não se pronunciou.

Conclusão / Proposta

Encontrando-se o processo deficientemente instruído, em desconformidade com a previsão do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, propõe-se a remessa do presente processo à consideração do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal para que, em caso de concordância:

Seja o presente processo remetido a reunião de câmara para deliberar submeter a indeferimento da Assembleia Municipal, a pretensão do reconhecimento do interesse público municipal na legalização das instalações do requerente **Adélio Filipe Penedo Biscaia**, tendo por base os fundamentos de facto e de direito constantes do processo CT/1159/2015, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5º do Decreto-Lei nº165/2014, de 5 de novembro.

À consideração Superior,

Sintra, 2 de março de 2017

A Jurista,



Helga Boal Ventura

Reunião de

14 MAR. 2017

Docº Agendado com o

Nº 16



DIREÇÃO MUNICIPAL DE AMBIENTE, PLANEAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO
DIVISÃO DE GESTÃO E LICENCIAMENTO

Processo	CT/1159/2015/IM		
Registo SMARTDOCS n.º	7863/2015	Data de entrada:	01-09-2015

Requerente/Comunicante:	ADÉLIO FILIPE PENEDO BISCAIA	Contribuinte:	174 948 115
Morada:	RUA CATARINA EUFÉMIA, N.º 8		
Localidade:	CABRIZ	Código postal:	2710-099

ASSUNTO:

PEDIDO DE CERTIDÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DECRETO-LEI
N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO

1. Local da obra

Morada da obra:	RUA CATARINA EUFEMIA N.º 8		
Localidade:	CABRIZ	Freguesia:	U.F. SINTRA
Conservatória:	-	N.º registo da Conservatória:	-
		N.º da matriz:	85 SECÇÃO C

2. Informação técnica

A 30/12/2015 foi o requerente foi notificado nos termos do artigo 117.º do CPA para no prazo de 10 dias proceder ao aperfeiçoamento do pedido.

Através do SM/ 38/2016 a 4/01/2016, vem o requerente solicitar que seja concedida uma prorrogação de prazo para apresentar os elementos para cumprimento da notificação presencial de 30/12/2015, dado que não procedeu ao levantamento da notificação em carta registada a 24/09/2015, tendo ficado disponível para levantamento nos serviços dos correios desde 28/09/2015 e devolvida à câmara a 7 de Outubro do mesmo ano.

Considerando que para a regularização das instalações do requerente deveria ter sido apresentado o Pedido de Regularização, nos termos do art.º 5.º do DL 165/2014, de 5/11 não tendo até aquela data o requerente efetuado o mesmo nem apresentou os elementos em falta, foi proposto o parecer desfavorável ao pedido de prorrogação do prazo por inutilidade superveniente (art.º 95.º do CPA), tendo o requerente sido notificado, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do CPA, para no prazo de 10 dias úteis.

Posteriormente foi notificado da decisão final do indeferimento do referido pedido de prorrogação do prazo, com despacho de 29/8/2016.

Decorrido o prazo legalmente estabelecido para resposta à notificação de 30/12/2015, o requerente não alegou nem apresentou quaisquer outros elementos que alterassem a proposta de **proposta de indeferimento** do pedido de declaração de interesse municipal, comunicada ao requerente através da notificação n.º **006358**, de 31/10/2016 com aviso de receção de 03/11/2016, não constando do processo quaisquer outros elementos que influenciem a decisão.

14 MAR 2017

DGLI - Divisão de Gestão e Licenciamento
O Técnico: João Gomes Eng.º Civil

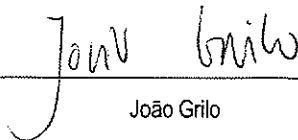
Doc.º Agendado com o
N.º 16

3. Proposta de decisão

Assim, face à não entrega dos elementos solicitados, indispensáveis a prossecução do pedido, **propõe-se o indeferimento do pedido de declaração de interesse municipal**, devendo o requerente ser notificado da decisão nos termos e para os efeitos do artigos 114.º do CPA, na redação vigente.

À consideração superior,

21-02-2017, O Técnico,


João Grilo

Concordo

22/2/2017

A Chefe de Divisão de Gestão e Licenciamento,



(Tânia Baleia)

A Considerar Spr

(Por subdelegação de competências da Exma. Sr.ª Diretora do Departamento de Gestão do Território conferidas pelo despacho n.º 2 DIR-DGT/2017, de 20 de fevereiro)

*Concordo
A CONSIDERAÇÃO SUPERIOR*

24.2.2017

Diretora do Departamento de Gestão do Território,

(Lina Catarino)

(Por subdelegação de competências do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra conferidas por despacho n.º 7 - P/2017, de 14 de fevereiro)

7,3,17

O Presidente da Câmara Municipal de Sintra,



(Basílio Horta)

(Por competências próprias e delegadas pela Câmara Municipal de Sintra conferidas por proposta n.º 1 -P/2013, de 23 de outubro, deliberada em Reunião de Câmara em 25 de outubro de 2013)

Reunião de

14 MAR, 2017

Doc.º Agendado com o

Nº 16